


**DÉCADA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL (2021-2030) NA REGIÃO DAS AMÉRICAS:
COMUNICAÇÃO PÚBLICA E MATRIZ INTERACIONAL****DECADE OF HEALTHY AGING (2021-2030) IN THE REGION OF THE AMERICAS: PUBLIC
COMMUNICATION AND INTERACTIONAL MATRIX** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.051-003>**Denise Regina Stacheski**Doutora em Comunicação e Linguagem
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
E-mail: drstacheski@utfpr.edu.br**RESUMO**

Este artigo analisa a interface entre a comunicação pública e as diretrizes da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) na América Latina. Diante de um cenário de envelhecimento populacional acelerado — no qual se estima que, em 2090, a região terá a população mais velha do mundo, o texto discute a necessidade de superar o idadismo (preconceito etário) e promover o "bem viver" por meio de políticas integradas e cidadania ativa. O objetivo do estudo é analisar as interações da comunicação pública com a sociedade a partir das publicações oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) referentes à Década do Envelhecimento, ao buscar entender como esses dispositivos contribuem para a construção da cidadania e do protagonismo da população idosa. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, e utiliza a Análise de Conteúdo baseada em Laurence Bardin. O corpus documental compreende três publicações principais da OPAS/OMS/CEPAL de 2022 e 2023. A análise foi estruturada em quatro categorias: Comunicação Educativa, Informativa, de Risco e Dialógica. Os resultados indicam que a comunicação pública desses órgãos atua como uma "arena de disputa de sentidos", ao promover a reconstrução do valor social do idoso. As análises mostram que, enquanto alguns documentos olham para a infraestrutura urbana e acessibilidade, outros priorizam a visibilidade demográfica e a proteção jurídica. Conclui-se que a efetivação da "Década" depende de uma comunicação que não apenas informe, mas que estimule o diálogo intergeracional e o reconhecimento do idoso como sujeito de direitos e protagonista social.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional; Comunicação pública; Organização Mundial de Saúde; Década do Envelhecimento Saudável nas Américas.

ABSTRACT

This article analyzes the interface between public communication and the guidelines of the Decade of Healthy Aging (2021-2030) in Latin America. Faced with a scenario of accelerated population aging—in which it is estimated that, by 2090, the region will have the oldest population in the world—the text discusses the need to overcome ageism (age prejudice) and promote "well-being" through integrated policies and active citizenship. The objective of the study is to analyze the interactions of public communication with society based on official publications from the World Health Organization (WHO) and the Pan American Health Organization (PAHO) related to the Decade of Healthy Aging, seeking to understand how these mechanisms contribute to the construction of citizenship and the protagonism of the elderly population. The methodology adopted is qualitative and exploratory in nature, and uses Content Analysis based on Laurence Bardin. The documentary corpus comprises three main publications from PAHO/WHO/ECLAC from 2022 and 2023. The analysis was structured into four categories: Educational, Informative, Risk, and Dialogical Communication. The results indicate that the public communication of these bodies acts as an "arena for the dispute of meanings," promoting the reconstruction of the social value of older adults. The analyses show that, while some documents focus on urban infrastructure and accessibility, others prioritize demographic visibility and legal protection. It is concluded that the effective implementation of the "Decade" depends on communication that not only informs but also stimulates intergenerational dialogue and the recognition of older adults as subjects of rights and social protagonists.

Keywords: Population aging; Public communication; World Health Organization; Decade of Healthy Aging in the Americas.

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos sobre o envelhecimento populacional, suas demandas sociais e o planejamento de novas políticas públicas estão na agenda da América Latina (OMS, 2020; OPAS, 2023; CEPAL, 2022; UNFPA, 2023). Em dezembro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) declarou os anos decorrentes, foco principal deste artigo, como a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) na Região das Américas. O documento da OMS (2020), enfatiza que essa é a principal política/estratégia para construir uma sociedade que acolha e valorize todas as faixas etárias, na qual o intuito é construir uma sociedade para todas as idades.

A proposta para a Década se configura como um plano de ação global estratégico interconectado aos objetivos da Agenda 2030, focada no Desenvolvimento Sustentável. A política publicada pela OMS estabelece uma diretriz, para dez anos, de colaboração entre vários setores da sociedade, de forma interdisciplinar, ao promover a transformação de uma resposta social e institucional ao fenômeno do

envelhecimento populacional contemporâneo (OMS, 2020). Um direcionamento da América Latina, portanto, que reúne esforços dos governos, da sociedade civil, das agências internacionais, de equipes profissionais, da academia, dos meios de comunicação social e do setor privado para melhorar a vida das pessoas maiores, de suas famílias e de suas comunidades. A partir desse viés, estudar as relações, os diálogos da comunicação pública para o envelhecimento populacional, se tornam importantes para embasar a politização da população 60+, bem como para vislumbrar cenários favoráveis aos mais velhos.

A “Década” se concentra em quatro dimensões de atuação, entre eles: alterar a forma como pensamos, sentimos e agimos com relação a idade e ao envelhecimento, o que se interliga às representações sociais e índices sociais de valor sobre o idoso e a velhice. Outra dimensão se refere a garantir que comunidades promovam as capacidades das pessoas idosas, que articula a promoção de capacitação, desenvolvimento e participação social à população idosa. Também, como dimensão há o intuito de entregar serviços de cuidados integrados e de atenção primária às saúdes centradas na pessoa e adequados a pessoa idosa, isto é serviços de atenção e saúde, e propiciar o acesso a cuidados de longo prazo às pessoas idosas que os necessitem (OMS, 2020). Todas essas dimensões perpassam, de forma inerente, pela comunicação pública e política (ao envolver a circulação midiática, os dispositivos de comunicação), bem como pela gestão e planejamento de políticas públicas para esse segmento populacional. Uma matriz interacional de produção de sentidos e representações, uma comunicação pública para com a sociedade, a partir das novas demandas demográficas, sociais, culturais, econômicas etc.

Com a “Década”, outras pesquisas foram promovidas e que embasam este estudo. Como exemplo, se tem a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que realizou em dezembro de 2022, no Chile, a Quinta Conferência Intergovernamental sobre o Envelhecimento e os Direitos dos Idosos na América Latina e no Caribe, na qual os Estados participantes reafirmaram o seu compromisso com a “promoção, proteção e respeito dos direitos humanos, da dignidade e das liberdades fundamentais de todos os idosos, sem qualquer tipo de discriminação ou violência” (CEPA, 2022^a, p.1). Os líderes dos países participantes, nessa conferência, também “ratificaram a responsabilidade dos Estados em providenciar as medidas e ações necessárias para garantir um envelhecimento saudável, com dignidade e direitos” (CEPAL, 2022a, p. 1).

Há também a divulgação da publicação do Relatório Social Mundial de 2023, intitulado como “8 Bilhões de Vidas, infinitas possibilidades: em defesa de direitos e escolhas”, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2023) que é uma agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, em que foi alertado para a “necessidade de investimentos e políticas públicas para atender demandas de um mundo em envelhecimento. Os direitos e o bem-estar dos idosos deve estar no centro dos esforços coletivos para alcançar um futuro sustentável” (UNFPA, 2023, p.1).

A América Latina, portanto, começa a presenciar o surgimento de diversos movimentos sociais/políticos que dialogam e politizam o processo social do envelhecimento, ao atuar e mobilizar para a desconstrução de formas de discriminação com os mais velhos, como o idadismo, preconceito social (e estrutural) com pessoas idosas (Stacheski, 2013). Portanto, a efetivação de uma comunicação pública que dialogue, com (e a partir) seus consensos e dissensos (Mafrá; Marques, 2015), para promover a cidadania dos mais velhos. Diante os desafios argumentados, o objetivo desse artigo é analisar interações da comunicação pública com a sociedade, a partir de publicações pela Década do Envelhecimento Saudável nas Américas. Como caminho metodológico, aprofundado adiante, são realizadas investigações exploratórias, em um viés qualitativo, por meio do método de análise conteúdo (Bardin, 2011) de dispositivos comunicacionais (situações de enunciados) da Década, que tragam subsídios para o estudo das matrizes interacionais sobre o processo de cidadania dos mais velhos e discussões estratégicas para o bem viver na América Latina.

2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA AMÉRICA LATINA E O BEM VIVER 60+

Em 2020, mais de 8% da população tinha 65 anos ou mais, nos países da América Latina, e estima-se que essa porcentagem dobre até 2050 e exceda 30% até o final do século (CEPAL, 2022). “A América Latina e o Caribe chegarão a 2060 com um percentual de população de pessoas idosas semelhante ao da América do Norte. Em ambas, o percentual da população com 60 anos ou mais será de aproximadamente 30%” (OPAS, 2023, p. 3). Portanto, há uma intensa velocidade do envelhecimento – trazendo assim grandes desafios para a gestão pública e política dos Governos, “a velocidade com que essas mudanças ocorrem na América Latina e no Caribe apresenta importantes desafios para as políticas públicas na sub-região” (OPAS, 2023, p.6). Estima-se que em 2050, 27,5% terão mais de 60 anos, isto é - um em cada quatro habitantes na América Latina. E em mais 40 anos, em 2090, já será a região com a população mais velha do mundo - 36% de sua população terá mais de 60 anos, de acordo com as perspectivas da população mundial feita pela ONU (2023).

O Brasil apresenta um processo de envelhecimento populacional acelerado. Dados do IBGE (2024), mostram que o país conta com aproximadamente 33 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa cerca de 15,8% da população total. De acordo com as projeções demográficas, o número de idosos superará o de crianças e adolescentes de até 14 anos já em 2030, segundo as estimativas. Consolidando, assim, uma mudança estrutural profunda na pirâmide etária do país (IBGE, 2024). É um segmento populacional que precisa ser estudado, ouvido e atendido por meio de ações institucionais públicas e privadas (Stacheski, 2024).

Importante salientar que o processo de envelhecimento não é homogêneo (nem individualmente, nem coletivamente) e cada região da América Latina possui suas especificidades (Stacheski, 2013).

Diferenças em relação às origens e contextos demográficos, indicadores micro e macroeconômicos, nas características dos mercados de trabalho e na capacidade dos governos para conceber, financiar, implementar, regular e avaliar os sistemas de proteção social às pessoas mais velhas. Além desses aspectos, existem ainda diferenças relacionadas às marcas identitárias dos sujeitos (como envelhecimento e gênero, por exemplo). Diversas formas de discriminação e invisibilidade (e silenciamentos) que se acumulam e que dificultam a experiência do envelhecimento nas coletividades.

Alguns dos países latino-americanos já estabeleceram normas específicas e regulações para proteção dos direitos das pessoas idosas, advindos, também, a parti da “Década”, entre eles: Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela (Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento de Madri, 2022). No entanto, no Brasil, a antropóloga Guita Debert e o economista Jorge Felix (2022, p. 1), pesquisadores do envelhecimento social, trazem que a cidadania dos mais velhos ainda é um caminho que precisa ser percorrido. Os autores afirmam que o país tem avançado em seus marcos regulatórios, mas que a questão do idoso ainda é tratada de forma bastante individual, e não como uma demanda pública e política. É preciso politizar o envelhecimento digno, segundo os autores.

O Brasil tem um marco regulatório avançado para a população idosa. No entanto, o envelhecimento cobra a ampliação das políticas públicas, ou seja, uma Política Nacional de Cuidados. Outros países estão, ao menos, discutindo a questão (...). O nosso desafio é quebrar o silêncio e politizar o cuidado (Debert; Felix, 2022).

Segundo a *Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología* (SESC/SP, 2024, p.1), ampliar a cobertura da proteção social às pessoas idosas na região do Sul global se refere aos seguintes pontos a partir do:

- reconhecer a diversidade da velhice, ou seja, considerar as diferentes trajetórias de trabalho atuais e passadas da faixa etária, as desigualdades que permeiam ser idoso entre as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, as pessoas com deficiência ou migrantes;
- proporcionar segurança econômica na velhice;
- procurar expandir a proteção social ao sector informal;
- desenvolver ações específicas com vista a garantir a proteção social dos idosos nas zonas rurais;
- desenvolver ações específicas para garantir a proteção social dos idosos que cuidam; e
- considerar o cuidado como um pilar fundamental dos sistemas de proteção social, como a saúde e as pensões.

Portanto, o envelhecimento populacional implica uma dinâmica diferente, novos olhares, representações e ações da gestão de políticas públicas, de gestão participativa e na comunicação pública. Pessoas mais velhas ainda são conduzidas pelos limites do campo simbólico da modernidade, que fortalece significações de juventude, de sedução, de vitalidade, de trabalho. A velhice, portanto, não é percebida como algo inerente ao passar dos anos, mas como fonte de transgressões das pessoas e, por isso, não merece piedade social (Debert & Felix, 2022; Felix, 2019).

O chamado idadismo ou etarismo (termo utilizado para a discriminação em relação a pessoas e sua maior idade) demonstra o preconceito com o envelhecer (Castro, 2017; Stacheski, 2013). Uma configuração hierarquizada de valores humanos. Uma valoração dos fatos e das coisas do mundo a partir dos contextos individuais e sociais que são constituídos por meio das interações comunicacionais postas e disputadas em sociedades (Hall, 2016; Braga, 2017). Representações e imaginários sociais que circulam na práxis das cidades e que são reproduzidas nas áreas públicas e privadas da sociedade, nos ambientes sociais, nas relações interpessoais, nas práticas comunicativas e coletiva, em um sistema de interação e diálogo que envolve todos os atores da sociedade. Valores que se constituem e são constituídos pelas matrizes interacionais de comunicação (Braga, 2017). O combate ao idadismo deve ser multifatorial e transdisciplinar, pois é uma realidade que permeia toda a lógica de exclusão da modernidade (OMS, 2020) e sua complexidade social.

É preciso, portanto, desconstruir a lógica da exclusão da modernidade para que a sociedade se estabeleça a partir da solidariedade geracional, de bem viver (Freire, 2009; Acosta, 2016). A solidariedade está diretamente ligada à consciência crítica, se faz pelo respeito em discutir mudanças e transformações – o planejamento de uma gestão participativa para a gestão pública (Lima; D’ascenzi, 2019). Para Freire (2009), não é possível alcançar um mundo de direitos se a coletividade não adotar a solidariedade. Para o autor, o individualismo pode ser caracterizado como o oposto da solidariedade. A sociedade necessita perceber que a solidariedade carrega consigo o poder de unir forças para se mobilizar, para que os sujeitos se apropriem de lutas e causas dentro de uma democracia – a partir de sua diversidade, de seus contrapontos (OMS, 2020). Permitir a abertura ao novo, a construção coletiva em conjunto com alteridade – mesmo com a consciência das assimetrias das relações e matrizes interacionais.

Matrizes interacionais de comunicação que são atravessadas pelas fronteiras dos próprios sujeitos, da mutabilidade e das diversidades dos interlocutores envolvidos. Nesse caminho, a implantação de políticas e programas que promovam a cidadania dos mais velhos se consolidará apenas quando as cidades tiverem um ambiente propício para o conhecimento e diálogo entre as gerações, solidariedade geracional, vislumbrando alternativas para o bem viver (Acosta, 2016). O bem viver se expressa, para Acosta (2016, p.16):

Na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo.

O bem viver perpassa, dessa maneira, por movimentos de cunho social, político e popular na América Latina, é uma expressão concebida em um contexto de libertação, como um dos conceitos base da estratégia de organização de redes colaborativas de economia solidária (Acosta, 2016). Tem como intuito questionar conceitos tradicionais de desenvolvimento, analisando-os e provocando uma renovação na construção de sistemas, metodologias e indicadores próprios (Acosta, 2016). Se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Acosta (2016, p. 44) coloca que o bem viver tem a proposta de outro modo de vida, com uma série de direitos e garantias sociais, econômicas e ambientais (OMS, 2020). Se caracteriza por princípios que promovem uma relação harmoniosa entre os seres humanos, individual e coletivamente, e desses com a natureza. Se coloca, também, na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo (Acosta, 2016).

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA, A DÉCADA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL NAS AMÉRICAS E MATRIZES INTERACIONAIS PARA A CIDADANIA 60+

A proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Década do Envelhecimento Saudável (2020-2030) estabelece um plano de ação global que transcende a dimensão biológica. O documento tem um olhar para melhoria da vida das pessoas idosas por meio de mudanças sistêmicas.

A partir de Braga (2017), tal transformação é, essencialmente, um fenômeno comunicacional que se realiza na interação. A matriz interacional proposta pelo autor sugere que o envelhecimento deve ser compreendido a partir de práticas cotidianas e de narrativas coletivas, na qual a comunicação pública e a interação estão intrinsecamente vinculadas em uma arena de disputas de sentido (Baldissera, 2014). No início de seu sítio sobre a proposta, a OMS organiza a apresentação do conteúdo e dos propósitos para a “Década”. O enunciado se encontra assim:

DÉCADA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL (2021-2030) NA REGIÃO DAS AMÉRICAS: COMUNICAÇÃO PÚBLICA E MATRIZ INTERACIONAL

La Década del Envejecimiento Saludable (2021-2030) ofrece la oportunidad de aunar a los gobiernos, la sociedad civil, los organismos internacionales, los profesionales, las instituciones académicas, los medios de comunicación y el sector privado en torno a diez años de acción concertada, catalizadora y de colaboración para mejorar las vidas de las personas mayores, sus familias y las comunidades en las que viven. La población envejece en todo el mundo con más rapidez que en el pasado, y esta transición demográfica afectará a casi todos los aspectos de la sociedad. El mundo se ha unido en torno a la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: todos los países y partes interesadas se han comprometido a no dejar a nadie desatendido y se han propuesto garantizar que todas las personas puedan realizar su potencial con dignidad e igualdad y en un entorno saludable. Se necesita urgentemente un decenio de acción mundial concertada sobre el Envejecimiento Saludable. En el mundo hay ya más de mil millones de personas que tienen 60 años o más, la mayoría de ellas en países de ingresos bajos y medianos. Muchas de esas personas no tienen siquiera acceso a los recursos básicos necesarios para una vida plena y digna. Muchas otras se enfrentan a numerosos obstáculos que les impiden participar plenamente en la sociedad (OMS, 2026, 1).

A ‘Década’, portanto, redefine, em seus enunciados, o envelhecimento saudável não pela ausência de patologias, mas pela manutenção da capacidade funcional. Segundo o documento (OMS, 2020), esta capacidade é o resultado da interação entre a capacidade intrínseca do sujeito, que compreende o conjunto de suas faculdades físicas e mentais, e as características do ambiente em que está inserido. Assim, o bem-estar na velhice é indissociável da criação de contextos sociais e políticos que promovam a autonomia e a participação. A estratégia da OMS estrutura-se em quatro pilares fundamentais de ação: o combate ao idadismo, a criação de ambientes amigáveis, os sistemas de saúde integrados e os cuidados de longa duração (OMS, 2020).

O plano ressalta que o aumento da longevidade não tem sido acompanhado de forma equilibrada por melhorias na qualidade de vida. O documento da OMS (2020) também enfatiza que a vulnerabilidade de subgrupos específicos, como mulheres idosas e populações de baixo nível socioeconômico, precisa ser trabalhado de forma prioritária pelos Estados. A proposta da “Década” pede à sociedade, aos governos, uma solidariedade intergeracional e por políticas públicas que enfrentem as desigualdades acumuladas ao longo do curso de vida. A Década do Envelhecimento Saudável propõe, dessa maneira, uma mudança de paradigma: deixar de ver o envelhecimento como um ônus social para reconhecê-lo como uma oportunidade de desenvolvimento humano. A eficácia da proposta, porém, depende da integração entre governos, sociedade civil e setor privado para a construção de uma sociedade que valorize a experiência e garanta a dignidade em todas as etapas da vida. A efetividade da “Década” depende, assim, da ativação da cidadania dos mais velhos. Segundo Stacheski (2013), a cidadania requer participação e apropriação de espaços de "voz" social. A comunicação pública voltada à população idosa deve ter como devir o despertar do protagonismo e da autonomia (Massuchin; Quadros, 2023). A cidadania dos mais velhos implica que o idoso não seja apenas um receptor de cuidados, mas um sujeito que intervém na ordem social, delibera sobre questões públicas e produz sua própria informação, em consonância com seus costumes e história (Duarte, 2009; Peruzzo, 2017).

O plano da OMS, para comunidades amigáveis e cuidados integrados, confirma a necessidade de criar diferentes índices sociais de valor para o idoso. Como afirma Braga (2006), os julgamentos de valor ocorrem nas interações verbais cotidianas e nas experiências vivenciadas em coletividade. Atualmente, esse processo é atravessado pela circulação midiática, que inunda o dia a dia com significados. No entanto, essa mediação é um processo transformativo que exige negociação cultural (Braga, 2017). A estrutura da realidade dos sujeitos mais velhos é uma "teia" tecida por movimentos sociais e políticas públicas (Geertz, 2000), ao formar um imaginário social do envelhecimento que deve ser pautado pela harmonia e pelo "bem viver" (Acosta, 2016).

Assim, a articulação entre as diretrizes da OMS e as matrizes interacionais da comunicação pública revela que a promoção da saúde na velhice é indissociável da garantia do direito de comunicar e participar. Através da formação de vínculos de corresponsabilidade e da luta contra o etarismo nas redes sociais e físicas, é possível transformar a década em um período de efetiva conquista de cidadania e dignidade para a população mais velha.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ANÁLISES

Como método para esse estudo, é utilizada a análise de conteúdo, a partir do processo metodológico de Bardin (2011). A análise de conteúdo compreende um instrumental metodológico voltado ao exame sistemático da comunicação. Para Bardin (2011), essa prática possui natureza empírica e fundamenta na realidade social, ao se orientar pelo objetivo interpretativo do pesquisador. Embora utilize textos preexistentes, esses materiais são organizados para atender às perguntas da pesquisa. Assim, o trabalho do analista transcende a leitura literal, busca desvelar sentidos latentes que carregam significados de ordem psicológica, sociológica ou política.

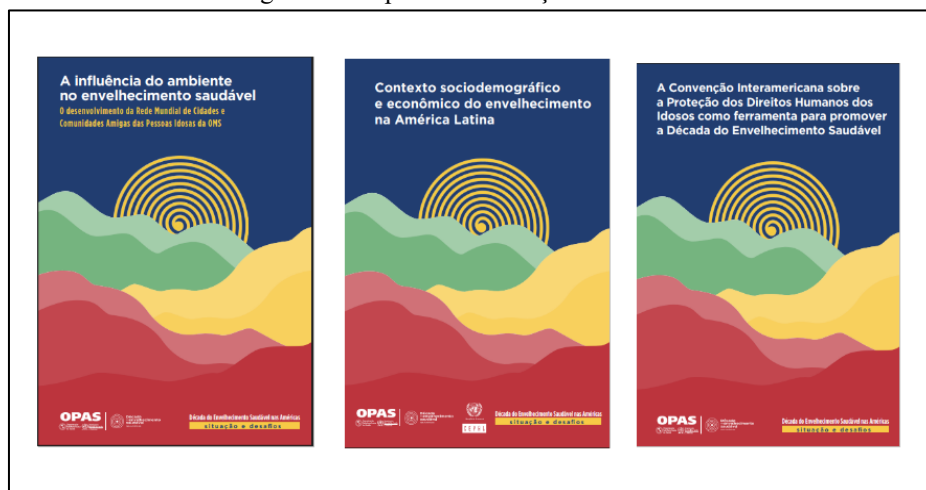
Como objeto empírico para este estudo, a análise se desdobrou em dispositivos comunicacionais da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), em formato de publicações, compilados e organizados no sítio da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2026), são eles:

Publicação 1. A influência do ambiente no envelhecimento saudável: o desenvolvimento da Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas da OMS (OPAS, 2023). Este relatório, publicado em 2023, discorre para a Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas. O documento destaca que o ambiente não é apenas físico, mas social e comunicativo. A comunicação é apresentada como a ferramenta que viabiliza a participação dos idosos na governança local, e que são necessários canais de informação acessíveis e processos de escuta ativa para que as adaptações urbanas reflitam as reais demandas da comunidade. A rede funciona como um ecossistema de compartilhamento de experiências e boas práticas entre cidades, fortalecendo o diálogo entre o poder público e o cidadão mais velho (OPAS, 2023b).

Publicação 2. Contexto sociodemográfico e econômico do envelhecimento na América Latina (OPAS, 2023a). A publicação trata de um panorama multidimensional da velhice na região, ao abordar as desigualdades estruturais. No âmbito da comunicação pública, a publicação evidencia a necessidade de produzir e disseminar dados precisos que desconstruam estereótipos sobre a população idosa. A comunicação atua aqui como um dispositivo de visibilidade social, essencial para fundamentar políticas públicas baseadas em evidências e para sensibilizar a sociedade sobre a heterogeneidade do envelhecimento, combatendo, asism, a invisibilidade comunicacional de grupos em situação de maior vulnerabilidade econômica (OPAS,2023a)

Publicação 3. A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável (OPAS, 2023). A publicação detalha o principal instrumento jurídico da região para a proteção da pessoa idosa. A Convenção é apresentada como uma ferramenta de empoderamento e advocacia (*advocacy*) realizada pela comunicação pública. O texto reforça o direito à informação e à liberdade de expressão, estabelecendo que o Estado deve promover campanhas de conscientização para erradicar o idadismo. A comunicação pública, portanto, assume a função de educar para a cidadania, ao traduzir normas jurídicas complexas em uma linguagem que permita ao idoso reconhecer-se como sujeito de direitos e reivindicar sua plena participação na vida social e política (OPAS, 2023).

Figura 01: Capas de Publicações da Década



Fonte: OMS (2020)

Para a análise desse material, são utilizadas as seguintes categorias, interligadas com a comunicação pública: 1. Comunicação Educativa: Promoção de Ambientes Favoráveis. Comunicação voltada para a transformação social e urbana, incentivando a criação de espaços que apoiem a funcionalidade do idoso. 2. Comunicação Informativa: Visibilidade Demográfica e Diversidade. Comunicação pública com o objetivo de dar transparência aos dados estatísticos, combatendo estereótipos e ao revelar a heterogeneidade da

velhice na região. 3. Comunicação de Risco: Vulnerabilidades e Determinantes Sociais: Comunicação a partir de fatores que impactam diretamente a saúde e a segurança, como crises climáticas e acesso a serviços básicos e 4. Comunicação Dialógica: Participação Social e Protagonismo Político: Comunicação pública para a participação política, deliberativa e engajamento cívico. No Quadro 1, se encontram as unidades de registro de cada categoria.

Quadro 1: Categorias e Unidades de Registro.

Categoria de Análise (Bardin)	Definição no Contexto da Comunicação Pública	Unidades de Registro (Indicadores/Temas)
1. Comunicação Educativa: Promoção de Ambientes Favoráveis	Foca na comunicação educativa e urbana para transformar espaços físicos e sociais em prol da funcionalidade.	Acessibilidade urbana; adaptação do ambiente construído; interação geracional; bem-estar; bem viver; autonomia.
2. Comunicação Informativa: Visibilidade e Diversidade Demográfica	Refere-se à comunicação informativa que utiliza dados para combater o idadismo e revelar a heterogeneidade da velhice.	Envelhecimento acelerado; composição por sexo e idade; etnicidade; idosos em áreas rurais; situação socioeconômica; heterogeneidade; assimetria.
3. Comunicação de Risco: Vulnerabilidade e Determinantes Sociais	Voltada para a comunicação de risco e saúde, abordando fatores externos que impactam a segurança do idoso.	Mudança do clima; eventos climáticos extremos; vulnerabilidade ambiental; acesso à água potável e saneamento; discriminação; idadismo; preconceito.
4. Comunicação Dialógica: Cidadania e Protagonismo Social	Foca na comunicação dialógica que incentiva o idoso como sujeito ativo de direitos e participante da vida política.	Participação social; conselhos de direitos; protagonismo; comunicação pública; engajamento cívico; liderança comunitária; empoderamento; direitos humanos.

Fonte: Autora (2026).

A partir das análises das unidades de registros, encontra-se, para ilustrar este artigo: na categoria de Comunicação Educativa, Promoção de Ambientes Favoráveis, por exemplo, na publicação 1, o seguinte trecho:

As práticas incluídas são iniciativas que visam a remover as barreiras físicas e sociais que as pessoas idosas podem encontrar no ambiente por meio de políticas, sistemas, serviços, produtos e tecnologias. As práticas amigáveis promovem a saúde e o desenvolvimento físico e mental das pessoas durante todo o curso de vida e permitem que as pessoas continuem fazendo o que valorizam, mesmo que apresentem algum grau de perda de capacidade intrínseca (OPAS, 2023b, p. 18)

Já categoria de Comunicação Informativa, Visibilidade e Diversidade Demográfica, a unidade de registro "assimetria", para exemplificar, está na publicação 2:

As assimetrias rurais e urbanas ficam muito mais evidentes quando se olha para o nível de escolaridade das pessoas idosas, pois refletem a educação do passado. Nas áreas rurais desses países, a baixa escolaridade (6 anos ou menos de escolaridade) é algo comum em quase toda a população. Mesmo no Chile, que tem um nível de escolaridade melhor, quase 60% dos homens de 60 a 79 anos e mais de 60% das mulheres nessa faixa etária têm um baixo nível de escolaridade (OPAS, 2023a, p. 19)

Em relação à unidade de registro de “heterogeneidade”, a partir da publicação 2, também se tem a seguinte citação (OPAS, 2023a, pág. 43): "este trabalho revela a heterogeneidade (...) a partir de uma abordagem multidimensional e centrada na pessoa."

Na categoria de Comunicação de Risco, Vulnerabilidade e Determinantes Sociais, a unidade de registro: "mudança do clima / vulnerabilidade ambiental" se encontra na publicação 1, no próprio título e no prefácio que destacam a situação e desafios frente às mudanças ambientais na região das Américas como um determinante do envelhecimento saudável. Já a unidade de registro: "situação socioeconômica", se encontra na publicação 2, "são abordados aspectos demográficos, geográficos... bem como sua situação econômica e de saúde." (OPAS, 2023a, p.37). Ainda nessa categoria, as unidades de “água potável” (publicação 2); “asimetrias” (publicação 2) e “discriminação” (publicação 3):

Segundo Huenchuán (3), os resultados dos censos da década de 2010 indicaram que cerca de 20% das pessoas idosas na América Latina e no Caribe não tinham acesso à água potável dentro de casa. Os censos mais recentes, referentes a quatro países, mostram que esse número variou de menos de 5% no Chile em 2017 até 15% na Guatemala em 2018 (Figura 16). O acesso à água potável em nível nacional destaca as assimetrias entre as áreas urbanas e rurais (OPAS, 2023a, p.29).

Sem dúvida, uma das razões para a importância e pertinência da convenção é o reconhecimento de direitos específicos das pessoas idosas. Os Estados Membros da OEA reconheceram 27 direitos específicos desse grupo. Eles são os seguintes: 1. Igualdade e não discriminação por razões de idade. 2. Direito à vida e à dignidade na velhice. 3. Direito à independência e à autonomia. 4. Direito à participação e integração comunitária. 5. Direito à segurança e a uma vida sem nenhum tipo de violência (OPAS, 2023, p. 8).

Na categoria de Comunicação Dialógica, Cidadania e Protagonismo Social, a unidade de registro: "pleno gozo dos direitos humanos", se encontra na publicação 3, “em vista dessa dispersão normativa na Região das Américas, constata-se a necessidade de contar com um instrumento juridicamente vinculante para proteger os direitos humanos das pessoas idosas” (OPAS, 2023, p. 3).

Pela análise, ficou evidente que a publicação 3, fornece as unidades ligadas aos direitos e cidadania, a publicação 2 fornece as evidências para a visibilidade e a publicação 1 sustenta as unidades ligadas ao espaço urbano e vulnerabilidade. Essa distribuição demonstra que a comunicação pública da OPAS utiliza diferentes “gêneros” de documentos, e cobre diversas frentes da Década do Envelhecimento.

Assim, a partir do plano da OMS percebe-se que, embora o termo "idadismo" não apareça literalmente nas unidades de registro, a sua ausência nominal contrasta com a presença marcante de termos

como "direitos humanos"; "discriminação"; "direitos", na categoria de Comunicação de Risco, Vulnerabilidades, e Comunicação Dialógica, Participação Social. Indica portanto que a comunicação pública da OPAS atua na remediação social de um preconceito, dos índices sociais dos valores, que Baldissera (2014) define como disputa de sentido. A comunicação, portanto, deixa de ser mera difusão para ser a arena de reconstrução axiológica do idoso.

A proposta da Década para a criação de comunidades adaptadas ressoa com o conceito de comunicação como um trabalho de compartilhamento e de diálogo entre as diferenças (BRAGA, 2017). Na análise de conteúdo, a categoria de Comunicação Educativa, Ambientes Favoráveis, sustenta essa visão por meio da unidade de registro "acessibilidade" e "ambiente construído". Para que uma cidade seja considerada amigável aos mais velhos, ela deve permitir a circulação de influências mútuas, o intergeracionismo. A transformação do ambiente físico em um espaço de imaginários inclusivos é o que Braga chama de sistema vivo, na qual a interação entre gerações valida o envelhecimento como fenômeno social e não apenas biológico.

A necessidade de colaboração multissetorial enfatizada pela OMS ganha contornos teóricos ao se considerar a urgência de dar capilaridade às estratégias do planejamento da comunicação pública. Para que os índices sociais de valor da pessoa mais velha não fiquem restritos a documentos, a categoria de Comunicação Informativa, Visibilidade e Diversidade, utiliza unidades como "heterogeneidade" e "etnicidade". Esses dados técnicos, ao serem comunicados, instigam a circulação comunicacional, ao retirar o idoso da invisibilidade estatística e ao inseri-lo na base comunitária através de informações sobre "áreas rurais" e "composição por sexo e idade".

A finalidade última da Década é garantir a capacidade funcional e o bem-estar. Essa visão converge para o conceito de "Bem Viver" (Acosta, 2016). Embora a expressão "bem viver" não conste literalmente nos documentos da OPAS, ela é o horizonte da categoria da Comunicação Dialógica, Cidadania e Protagonismo, na qual o idoso deixa de ser receptor passivo para se tornar sujeito ativo através do "engajamento" e da "participação social".

Ao integrar a perspectiva de Freire (2009), a saúde na Década é o resultado de uma construção simbólica. A análise de conteúdo mostra que o "monitoramento de dados" é a ferramenta de comunicação pública (mesmo que o termo seja implícito) que permite essa vigilância cidadã. A articulação demonstra que o sucesso da Década está vinculado à capacidade da sociedade de gerar novos sentidos para a velhice, ao transformar vulnerabilidades — como a falta de "água potável" ou "saneamento" — em pautas de reivindicação política e solidariedade interacional.

5 CONSIDERAÇÕES

O plano da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) estabelece como prioridade a mudança na forma como pensamos, sentimos e agimos em relação à idade. Contudo, sob uma ótica crítica fundamentada em Braga (2017), observa-se que essa transformação não pode ser reduzida a uma reforma administrativa ou gerencial; ela ocorre fundamentalmente no "momento de interação", seja ele presencial ou midiático. Nesse cenário, a comunicação pública deve ser compreendida não como um acessório institucional de difusão, mas como o próprio território de conflito onde o combate ao "idadismo" e à "discriminação" precisa ser efetivado. A ausência literal do termo "idadismo" nos anexos da OPAS é, portanto, um silenciamento sintomático: revela uma estratégia comunicacional que, embora busque o "pleno gozo dos direitos humanos" (OPAS, 2023c, p. 43), ainda evita nomear as tensões culturais diretas, preferindo o conforto de um discurso normativo que pouco tensiona as estruturas sociais que marginalizam o idoso.

O enfrentamento real ao preconceito etário exige uma imersão profunda na matriz interacional da comunicação. É necessário observar como as narrativas cotidianas e as "disputas de sentido" (Baldissera, 2014) reforçam estereótipos ou promovem a dignidade da pessoa 60+. A comunicação pública falha quando se limita a ser uma ferramenta de transmissão de dados da OMS; seu papel crítico é atuar como a arena de reconstrução do valor simbólico da velhice. A proposta de comunidades adaptadas, por exemplo, ressoa com o conceito de comunicação como um "trabalho de compartilhamento e de diálogo entre as diferenças" (Braga, 2017). Entretanto, há o risco de que a busca por "acessibilidade" e a melhoria do "ambiente construído" (OPAS, 2023a, p. 30) sejam tratadas apenas como intervenções de engenharia urbana, negligenciando que uma cidade só é verdadeiramente "amigável" se funcionar como um "sistema vivo" de interlocução, transformando o espaço físico em um lugar de disputa política e de imaginários sociais inclusivos.

A colaboração multissetorial enfatizada pela OMS ganha densidade teórica quando confrontada com a urgência de dar "capilaridade às estratégias de planejamento" (Braga, 2017). Crítica se faz a gestão de políticas públicas que restringe os novos índices de valor da pessoa idosa a documentos técnicos e circulações restritas. Embora o "monitoramento de dados" (OPAS, 2023c, p. 43) e a descrição da "heterogeneidade" (OPAS, 2023b, p. 43) sejam pilares informativos essenciais, essa comunicação pública corre o perigo de se tornar puramente tecnocrática e estatística. Sem o alcance da base comunitária e solidária, o "bem-estar" — unidade de registro onipresente com 34 menções — permanece um indicador de saúde vazio de experiência social. É imperativo que a comunicação pública atue na tradução crítica desses dados em direitos sensíveis, garantindo que o envelhecimento seja percebido como uma conquista social coletiva e não apenas como um fardo demográfico a ser gerido.

A convergência para o conceito de bem viver (Acosta, 2016) exige que a comunicação na Década assuma o caráter pluriversal proposto por Freire (2009). Nela, o idoso deve deixar de ser o receptor passivo de cuidados — objeto da política — para se tornar sujeito ativo nas redes de interação. O hiato crítico identificado pela ausência do termo "comunicação pública" nos documentos sugere uma persistência do modelo de "transmissão", onde a instituição fala para a sociedade, mas pouco dialoga com ela. Se a saúde é o resultado de uma construção simbólica, a comunicação deve valorizar a vida longa como um recurso social valioso em si.

Em uma análise conclusiva, os documentos da OPAS/OMS, embora forneçam uma base jurídica necessária, titubeiam ao não abraçar a comunicação pública como um conceito estratégico e político. A forte presença de indicadores de precariedade, como "água potável" e "pobreza extrema" (OPAS, 2023b, p. 28), indica que a comunicação ainda está presa à denúncia da vulnerabilidade, faltando-lhe fôlego para promover o "engajamento" e a "participação social" (OPAS, 2023a, p. 30) de forma emancipatória. O sucesso da Década do Envelhecimento Saudável depende, portanto, da capacidade da sociedade de enfrentar as disputas de sentido abertamente. Somente processos comunicacionais que fomentem a solidariedade interacional e o protagonismo político poderão transformar diretrizes globais em uma realidade onde todos possam viver vidas longas, saudáveis e, acima de tudo, investidas de pleno sentido democrático.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- BALDISSERA, Rudimar. A complexidade dos processos comunicacionais e interação nas organizações. *In*: MARCHIORI, Marlene (org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac, 2014.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRAGA, José Luiz *et al.* **Matrizes interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017. 449 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/59g2d>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- CASTRO, Gisela. Precisamos discutir o idadismo. **Revista Mais de 60 – Estudos sobre o Envelhecimento**, São Paulo, SESCSP, v. 28, n. 67, maio 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/ff0eed41/580d/49c2/b5d5/66e88d2ef551.pdf>. Acesso em: fev. 2024.
- CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **A CEPAL examina o panorama atual do envelhecimento na região, bem como os avanços e desafios para o exercício dos direitos e a inclusão das pessoas idosas**. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/cepal-examina-o-panorama-atual-envelhecimento-regiao-bem-como-os-avancos-desafios-o>. Acesso em: abr. 2024.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Países de la región reafirman compromiso con la promoción, protección y respeto de los derechos humanos, la dignidad y las libertades de las personas mayores.** 2022a. Disponível em: <https://conferenciaenvejecimiento.cepal.org/5/es/noticias/paises-la-region-reafirman-compromiso-la-promocion-proteccion-respeto-derechos-humanos-la>. Acesso em: abr. 2024.

DEBERT, Guita Grin; FÉLIX, Jorge. Precisamos quebrar o silêncio e politizar o cuidado de idosos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2022.

DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Relatório Situação da População Mundial 2023.** 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2023-ptbr-web.pdf>. Acesso em: maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções da População**: Brasil e Unidades da Federação: Revisão 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 abr. 2026.

LIMA, Luciana; D'ASCENZI, Luciano. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. *In*: **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162>. Acesso em: abr. 2024.

MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. Diálogo e organizações: cenas de dissenso e públicos como acontecimento. *In*: MARQUES, Ângela; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (org.). **Comunicação Organizacional**: dimensões epistemológicas e discursivas. Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2015.

MASSUCHIN, Michele Goulart; QUADROS, Claudia. A Comunicação Pública no campo da pesquisa em Comunicação: aspectos teóricos e empíricos da produção científica brasileira (2013-2022). **Revista ContraCampo**, v. 42, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/59454>. Acesso em: jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/m/item/decada-do-envelhecimento-saudavel-2021-2030>. Acesso em: 8 abr. 2026.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **A Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos como ferramenta para promover a Década do Envelhecimento Saudável**. Washington, DC: OPAS, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275726945>.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Contexto sociodemográfico e econômico do envelhecimento na América Latina**. Washington, DC: OPAS, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275726839>.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030)**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em: jun. 2024.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Guia de adaptação e implementação de diretrizes baseadas em evidências**. 2. ed. Washington, DC: OPAS, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275727010>.

PERUZZO, Círcia M. K. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. **Revista Famecos**, v. 24, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/24207/15002/0>. Acesso em: abr. 2024.

SESCSP. **Ed. 86 – O envelhecimento populacional é um dos principais desafios da América Latina e do Caribe**. 2024. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/ed-86-o-envelhecimento-populacional-e-um-dos-principais-desafios-da-america-latina-e-do-caribe/>. Acesso em: abr. 2024.

STACHESKI, Denise Regina. **O idoso brasileiro na comunicação pública: cidadania e representações sociais num sistema de interação midiático**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1498/2/O%20IDOSO%20BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: fev. 2024.